



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023.
(Do Sr. MARCOS TAVARES)

Altera a Lei Geral do Esporte - Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para aumentar o período das penas de reclusão e fixar o valor das multas impostas nos crimes nela previstos da forma que menciona e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

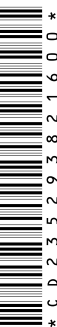
“Art. 166. Vender ou portar para venda ingressos de evento esportivo, por preço superior ao estampado no bilhete:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa, observado o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil de reais).” (NR).

“Art. 167. Fornecer, desviar ou facilitar a distribuição de ingressos para venda por preço superior ao estampado no bilhete:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil de reais).” (NR).

“Art. 198. Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).”... (NR).

“Art. 199. Dar ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim de alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).”... (NR).

“Art. 200. Fraudar, por qualquer meio, ou contribuir para que se fraude, de qualquer forma, o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).”... (NR).

“Art. 201 Promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores ou aos árbitros e seus auxiliares em eventos esportivos:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas o torcedor que:

I - promover tumulto, praticar ou incitar a violência em um raio de 5.000 m (cinco mil metros) ao redor do local de realização do evento esportivo ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento;”





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 12/09/2023 21:08:53.470 - Mesa

PL n.4437/2023

“§ 2º Na sentença penal condenatória, quando não houver a prática ou incitação à violência, o juiz deverá converter a pena de reclusão em pena impeditiva de comparecimento às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de 2 (dois) a 6 (seis) anos, de acordo com a gravidade da conduta, na hipótese de o agente ser primário, ter bons antecedentes e não ter sido punido anteriormente pela prática de condutas previstas neste artigo.”

.....

“§ 6º A pena prevista neste artigo será aumentada até a metade para aquele que organiza ou prepara o tumulto ou incita a sua prática, inclusive nas formas dispostas no § 1º deste artigo, não lhe sendo aplicáveis as medidas constantes dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo.” (NR).

Art. 2º Acrescenta-se o §8º e o §9º ao art. 201 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023:

“§8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de suas competências, multas em razão do descumprimento do disposto nesta Lei, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).”

“§9º O valor das multas impostas deverão ser depositadas na conta do Fundo Municipal do Esporte, do Município sede do evento esportivo, sendo obrigatória a aplicação de 50% (cinquenta por cento) do valor em ações, projetos ou programas visando o combate a qualquer forma de violência em eventos esportivos.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ



Praça dos Três Poderes - Anexo IV - Gabinete 611 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 - Brasília/DF
Contato: (61) 3215-5611 e-mail: dep.marcostavares@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235293821600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Tavares

* C D 2 3 5 2 9 3 8 2 1 6 0 0 *



JUSTIFICATIVA

A violência entre torcidas é comum no Brasil e a prática sofre aumento a cada ano, demonstrando que as medidas tomadas até a agora com o intuito de diminuir a incidência destes casos não têm sido eficazes.

Dessa forma, é necessário que sejam impostas punições proporcionais e rigorosas, o que fará com que os torcedores evitem praticar qualquer violência, em razão da punição financeira e do maior tempo em reclusão previsto pela Lei.

O esporte é extremamente importante na sociedade e não é tolerável que a recorrência nos casos de agressões em estádio e nos seus arredores faça com que os pais tenham medo de assistir os jogos com seus filhos, por exemplo. É também o que acontece com idosos e mulheres, na maioria.

Em 2023 já houve mais de oito mortes em razão de conflitos entre torcedores. A reincidência nos casos de violência ocorre devido à falta de punição adequada. A sensação de impunidade revolta a população, que vê os agressores retornando à vida em sociedade sem sofrerem quaisquer medidas punitivas.

A aplicação de multa com valor que não seja irrisório será determinante para diminuir os casos de violência, tendo em vista que o fator financeiro é levado em conta quando da prática destes crimes. Ademais, o aumento do período de pena previsto em Lei é determinante para conscientizar a população e abaixar a ocorrência da violência relacionada ao esporte.

Sendo assim, alterar a Lei Geral do Esporte de 14 de junho de 2023, para aumentar o período das penas de reclusão e fixar o valor das multas impostas nos crimes nela previstos é medida que se impõe. Por essas razões, considerando a relevância do tema, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

